

ESPAÇO E TEMPO NA CIDADE

Sônia Regina Romancini¹

O presente texto tem como objetivo tecer uma reflexão sobre a relação espaço-tempo na cidade, apontando algumas considerações sobre a memória. A partir das discussões realizadas no seminário *A Cidade e o Tempo* e de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema, apresenta-se a seguir alguns aspectos que se considerou primordiais para a compreensão dessa abordagem interessante para o desenvolvimento dos estudos urbanos.

Ao discutir as questões metodológicas na Geografia Urbana Histórica, Vasconcelos (1997) afirma que as dificuldades de análise das transformações espaciais das cidades sob a opção pela longa duração, estão na relação entre os longos períodos marcados pelo cotidiano e os momentos ou períodos que saem da rotina, repletos de eventos significativos, que resultam em modificações na sociedade urbana, bem como nas funções, nas estruturas e nas formas espaciais.

A esses períodos, embora sejam de curta duração, o autor propõe a denominação de “períodos densos” pelo significado das transformações que extrapolam o cotidiano, sem ocasionar uma ruptura, mas que colocam a sociedade urbana frente a uma nova realidade. Esses “períodos densos” podem fornecer elementos para o estudo, através de documentação e da cartografia da época.

Quanto à inexistência ou a perda de documentos históricos e de mapas, Vasconcelos denomina de “hiatos temporais”, constituídos por longos intervalos sem informações espaciais, quer de “períodos densos” ou de momentos de rupturas. Outra questão levantada é a falta de dados estatísticos em intervalos regulares, como os censos eclesiásticos ou governamentais.

Destaca as mudanças tecnológicas que ocorrem em determinados momentos e que podem transformar o conjunto do funcionamento da sociedade e da cidade. Ressalta que o aparecimento de novas idéias e ideologias podem modificar as maneiras de pensar e transformar os valores da sociedade urbana, assim como as influências do estilo artístico de cada período.

Segundo Vasconcelos (op. cit., p.5-6), o estudo das cidades brasileiras que apresentam uma longa história, poderia adotar os seguintes procedimentos:

Estabelecer uma periodização das longas durações, examinando as continuidades e as grandes rupturas, de

¹ Doutora em Geografia pela UNESP, Campus de Presidente Prudente. Professora do Departamento de Geografia da UFMT. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso.

² Seminário realizado pelo Prof. Dr. Pedro de Almeida Vasconcelos, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNESP, Campus de Presidente Prudente, em 1998.

acordo com os eventos históricos de maior importância para a cidade;

Examinar o contexto de cada período em análise, buscando retirar das fontes primárias e secundárias disponíveis, o que ocorreu de mais importante para a cidade, e que aspectos nas diferentes escalas (internacional, nacional, regional, local), podem ter causado impacto direto ou indireto na cidade;

Examinar os agentes mais importantes, externos e locais, que contribuíram para modelar a cidade, como o Estado, a Igreja, os agentes econômicos, os diferentes estratos da população etc., com papéis e pesos diferenciados segundo o período analisado;

Examinar o desenvolvimento espacial da cidade em cada período, tomando como referência principal a cartografia original e a iconografia existente, complementada por informações escritas, de preferência de fontes primárias. A partir de um certo nível de crescimento da cidade, as partes da mesma poderão ser estudadas individualmente, segundo os vetores principais de expansão.

Esses foram alguns dos interessantes aspectos ressaltados pelo autor. Importante exemplo de estudo da cidade, sob a perspectiva histórica, é verificado em *Salvador: transformações e permanências*, no qual Vasconcelos (1995) discute sobre a questão do lugar, apontando como se dão as relações entre os processos históricos gerais e as especificidades locais, na formação do espaço urbano e na constituição da sociedade em Salvador.

De acordo com Sposito (1992, p. 90), a discussão sobre o espaço e o tempo na cidade refere-se não apenas à realidade cotidiana/social, por isso histórica, mas também à reflexão sobre o seu sentido filosófico. Segundo a autora “o tempo e o espaço são duas dimensões inseparáveis da existência humana, porque expressam simultaneidade de nossa condição inextricável de ser e estar”. Assim, o tempo e o espaço em suas particularidades revelam complementariedade, embora traduzam contradição. Essa contradição decorre do fato de que a complementariedade não se dá apenas linearmente, ela é também descompasso, distanciamento no processo/movimento que articula no real a unidade espaço-tempo.

No entender da autora, as sociedades contemporâneas ao produzirem um espaço-tempo articulam o particular ao geral, o lugar ao mundial, conectando

escalas diferentes do ser-estar para a produção e reprodução dessas sociedades.

Essas conexões estabelecidas revelam a probabilidade de uma articulação que é total, mas contém o que Giddens (1991) conceitua como “distanciamento tempo-espaço”, ao atentar para o fato de que para as sociedades pré-modernas a medida do tempo era imprecisa e constituía a base da vida cotidiana, unindo tempo e lugar, ao passo que para as sociedades modernas a “...uniformidade de mensuração do tempo pelo relógio mecânico correspondeu à uniformidade na organização social do tempo” (Giddens, op. cit., p. 26). Segundo Giddens, na medida em que aquilo que estrutura o lugar não é mais local, porém expressa relações distanciadas, temos uma separação entre o tempo e o espaço.

Sposito (1992) ressalta que na essência da potencialidade/realização da recombinação tempo-espaço, pela atividade social, está o trabalho. Aponta que o capitalismo nos impôs concepções de tempo e de espaço que marcam nossa filosofia de vida, nosso cotidiano, de modo que o próprio sentido do trabalho é dado pela concepção dominante de espaço e tempo.

Ao referir-se sobre a urbanização, Sposito (op. cit., p.93) destaca que “a análise da urbanização enquanto processo social, enquanto movimento de transformação, revela que o espaço-tempo da cidade explica-se pela dialética urbano-rural, e o vetor deste movimento é dado pelas mudanças na divisão social e territorial do trabalho”. Verifica-se, assim, que a análise da cidade, como expressão de cada corte do tempo da urbanização e somatória destes tempos, torna-se uma condição para a continuidade deste movimento, indicando que, enquanto espaço, a cidade é tempo.

A urbanização enquanto processo histórico, contém a análise das sociedades humanas e deve permitir o entendimento da cidade, em seu contexto histórico. A cidade é, portanto, forma materializada e não apenas paisagem estática. Revela, também, representação e manifestação do processo de urbanização em determinado ponto do território e somatória dos diversos momentos históricos que se concretizam nesta produção humana.

Em Santos (1988) temos que o espaço constitui uma realidade objetiva, um produto social em permanente processo de transformação. Ele aponta que para estudar o espaço é preciso apreender sua relação com a sociedade, pois é esta que dita a compreensão dos efeitos dos processos (tempo e mudança) e especifica as noções de forma, função e estrutura, elementos necessários ao entendimento da produção do espaço.

De acordo com Santos, estes elementos apresentam os seguintes significados:

Forma é o aspecto visível de uma determinada coisa, refere-se ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Uma casa, uma favela, um bairro verticalizado, entre outros, são exemplos de formas espaciais. Embora sejam governadas pelo presente, as formas contêm um pouco do passado, pois surgem dotadas de certos

contornos e finalidades historicamente contextualizadas. Cada forma possui uma significação social. Geralmente a forma permanece após ser criada e usada para desempenhar o papel para o qual foi produzida, podendo assumir outros papéis em momentos históricos diferentes.

Função sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa ou instituição. A relação entre as duas é direta, pois uma não existe sem a outra. As funções estão materializadas nas formas e estas últimas são criadas a partir de uma ou de várias funções.

Estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo, o modo de organização ou construção. A forma e a função estão associadas à estrutura. As formas ou artefatos de uma paisagem são o resultado de processos passados ocorridos na estrutura subjacente. Esta nada mais é do que a inter-relação das diversas partes que compõem o todo social. É necessário que se compreenda a estrutura social de cada período histórico para que se entenda as transformações ou inércia das formas. A estrutura corresponde à natureza social e econômica da sociedade em determinado momento histórico. No entanto, é essa mesma estrutura socioeconômica que estabelece os valores dos diversos objetos geográficos num dado momento histórico.

Processo pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança. Indica o movimento do passado ao presente e deste em direção ao futuro, tornando-se uma propriedade entre forma, função e estrutura.

Segundo Santos (op. cit.), são esses termos que, quando tomados em conjunto e relacionados entre si, constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade. Devem ser estudados simultaneamente e vistos na maneira como interagem para criar e moldar o espaço através do tempo. No estudo da organização espacial, estes conceitos são fundamentais para explicar como o espaço social está estruturado e como a concepção e o uso que o homem faz do espaço sofrem mudanças. É através da acumulação do tempo histórico que podemos compreender a atual organização espacial de uma dada sociedade.

Na análise da produção do espaço realizada por Santos (1996), duas premissas devem ser estabelecidas: o tempo não é um conceito absoluto, mas relativo, é um tempo concreto; as relações entre os períodos históricos e a organização espacial também devem ser analisadas, pois revelam uma sucessão de sistemas espaciais na qual o valor relativo de cada lugar está sempre mudando no correr da história.

Santos (op. cit.) alerta que a noção de tempo é inseparável da idéia de sistema, uma vez que a cada momento da história local, regional, nacional ou

mundial, a ação das variáveis presentes depende estritamente das condições gerais do sistema em que se situam. Portanto, ao utilizar as realidades do passado para explicar o presente deve-se levar em conta o sistema temporal a que pertencem, para que haja um enfoque espaço-temporal.

Para Santos, o espaço é uma acumulação desigual de tempos. Assim, o espaço não é uma construção homogênea, nem temporal, nem espacialmente, daí as “rugosidades”. O espaço é construído no tempo, através da história, que é o estabelecimento de relações dos homens e mulheres com a natureza e dos homens e mulheres entre si, com seus conflitos, lutas, contradições, vitórias, derrotas etc., no tempo. Dessa forma, esse espaço construído por uma acumulação desigual de tempos é condicionado por fatores de ordens subjetiva e objetiva.

O autor salienta que se deve considerar que estão presentes aspectos subjetivos nos indivíduos que, mesmo vinculados à objetividade, somam-se para a desconstrução e construção de um determinado espaço. A subjetividade surge das relações desenvolvidas pelas pessoas em múltiplos tempos e espaços, desiguais, em que a consciência espacial assume diversas dimensões. Isto é, reconhece-se o espaço diferentemente, dependendo dos condicionantes temporal e espacial que atuam sobre o sujeito.

Se na desconstrução/construção do espaço estão presentes o indivíduo e sua subjetividade, sendo que o sujeito não é algo dado, pronto e acabado, mas também formado a partir das relações estabelecidas por este sujeito durante a sua existência, acrescenta-se o papel desempenhado pela memória e pelo imaginário, tanto individual quanto social. Portanto, tudo é construído, formado social, histórico e espacialmente (Santos, *op. cit.*).

Assim, a memória coletiva/social é construída no tempo e no espaço. As concepções que se tem sobre o mundo e sobre os homens, foram e são condicionadas pelas diversas relações estabelecidas pelos homens e mulheres no passado e no presente.

As relações no cotidiano das pessoas pautam-se num espaço desigual, que é ao mesmo tempo velho e novo, conservador e progressista, reacionário e revolucionário. Como o espaço é acumulação desigual de tempos, a memória também é acumulação desigual de experiências, portanto, é desigual.

Desse modo, a sociedade tem sua memória coletiva/social desigual, pois é constituída por uma diversidade de grupos, classes e segmentos, que por sua vez apresentam memórias desiguais (Santos, *op. cit.*).

Ao analisar a memória das cidades, Abreu (1998) salienta que, face aos acontecimentos do século XX, como os progressos técnicos e científicos, as guerras, a fome, dentre outros aspectos, as sociedades buscam novas visões de mundo, vivendo mais o presente, desconfiando do futuro e revalorizando o que construíram em tempos passados.

Nesse momento de mudança surgem reflexões teóricas que destacam o tempo como a análise de categoria fundamental para a compreensão do mundo atual. Harvey (1996) denominou de “compressão espaço-tempo”, com suas implicações práticas político-econômicas, sobre a vida social e cultural.

Segundo Abreu (op. cit.), face à homogeneidade do espaço global, cada lugar procura na singularidade a sobrevivência e a individualidade. Nesse sentido, o passado é uma das dimensões mais importantes da singularidade. Materializado na paisagem, preservado em instituições de memória, ou vivo na cultura e no cotidiano dos lugares, é ele que dá o suporte mais sólido a essa procura da diferença. Na busca da “memória urbana” no Brasil o passado está sendo revalorizado e a preservação, recuperação e restauração do que sobrou das paisagens urbanas anteriores é um objetivo almejado pelos governos municipais.

Ao estudar as formas sociais da memória, Halbwachs apud Abreu (1998, p. 12) afirma que “a memória coletiva é um conjunto de lembranças construídas socialmente e referenciadas a um conjunto que transcende o indivíduo”. Sem negar a importância à memória individual, o autor ressalta que a capacidade de lembrar é determinada, não pela aderência de um indivíduo a um determinado espaço, mas pela aderência do grupo do qual faz parte àquele mesmo espaço: onde habitou, onde trabalhou, onde viveu. Um espaço que foi compartilhado por uma coletividade durante um certo tempo.

Para Halbwachs as memórias coletivas se eternizam mais em registros, em documentos, do que em formas materiais inscritas na paisagem. São esses documentos que, ao transformar a memória coletiva em memória histórica, preservam a memória das cidades. São eles também que nos permitem contextualizar os testemunhos do passado que restaram na paisagem.

Abreu (op. cit.) alerta que a memória é sempre seletiva, pois só nos lembramos daquilo que queremos. A história, entretanto, busca a objetividade, procurando clarear as memórias, ajudando-as a retificar suas omissões e erros. De modo que a história tem um papel mais importante do que a memória para o resgate do passado de um lugar. Resta-lhe recuperar o tempo, sem perder o lugar.

Santos (1994) chama a atenção para a distinção entre a história urbana e a história da cidade. A história do urbano refere-se às atividades que se realizam na cidade, no ambiente urbano de modo geral. Incluindo a história do emprego, das classes, da divisão do trabalho entre cidade e campo e dentro das próprias cidades. A história da cidade seria a história dos processos sociais que se materializam na cidade, como a história dos transportes, da propriedade, da especulação, do urbanismo, da centralidade. O conjunto das duas histórias daria a teoria da urbanização, a teoria da cidade, a história das ideologias urbanas, a história das mentalidades urbanas.

De acordo com Santos (op. cit.), no estudo dos espaços do passado, é fundamental definir quais são os conceitos e variáveis adequados à análise do tempo que se pretende estudar. Tratando-se de uma cidade deve-se efetuar a recuperação do quadro referencial maior daquele lugar naquele tempo, isto é, o seu enquadramento espaço-temporal. É preciso recuperar o "tempo do lugar", ou seja, "o conjunto de temporalidades" próprias a cada ponto do espaço, não é dado por uma técnica isoladamente, mas pelo conjunto de técnicas existentes naquele ponto do espaço. Assim, o desafio que se antepõe à Geografia quando estuda o passado é como empiricizar o tempo, pois sem torná-lo material, não conseguimos geografizar o tempo, conclui o autor.

Para finalizar, voltamos às considerações de Abreu (1998), segundo o qual, para que tratemos da memória das cidades é imprescindível que, além da história urbana e da história da cidade, fundamentais para a contextualização dos processos sociais no tempo e no espaço, recuperemos também a história daquela determinada cidade, e esta última é mais do que a soma das duas primeiras. Ela é a síntese de como aquelas duas histórias se empiricizaram, como materialidade e ação humana, naquele lugar. A história de uma determinada cidade não dispensa a análise da dimensão única, idiográfica, do lugar. Se abandonarmos essa dimensão poderemos até recuperar o urbano, mas não a cidade, a história da cidade que pretendemos estudar.

Essas foram algumas reflexões possibilitadas pela bibliografia consultada. Trata-se de um tema muito rico e interessante que traz inovações acerca dos estudos urbanos, apontando para novas possibilidades de pesquisa, através da Geografia Urbana Histórica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Maurício de A. Sobre a memória das cidades. **Território**, Rio de Janeiro: LAGET, ano III, n.4, p. 4-26, jan./jun. 1998.

GIDDENS, Anthony. **As conseqüências da modernidade**. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. Trad. Adail Ubirajara Sobral / Maria Stela Gonçalves. 6. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1988.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Cidade: Espaço e Tempo (ensaiando a reflexão). **Revista de Geografia UNESP**. São Paulo. V.11: 89:97, 1992.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. **Questões Metodológicas na Geografia Urbana Histórica**. 5. Simpósio Nacional de Geografia Urbana. Salvador, 1997, (mimeo).

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Salvador: transformações e permanências (1549- 1990). In: BECKER, Berta; CHRISTOFFOLETTI, Antonio; DAVIDOVICH, Fany; GEIGER, Pedro. **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995, p. 97-117.